

**Kurt Krickler: «O sucesso do lobby gay na União Europeia também depende das organizações e dos homossexuais portugueses»**

**KURT KRICKLER**

## ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ILGA-EUROPA

**Kurt Krickler, fundador e dirigente da Hosi-Wien, desde 1979, a mais antiga associação gay e lésbica de Viena de Áustria, co-Presidente da ILGA-Europa, que faz lobby político na União Europeia e está integrada na Plataforma das ONGs europeias do sector social, esteve em Lisboa, em Novembro passado, onde participou numa conferência sobre o diálogo civil e o papel das ONGs do sector social na União Europeia. A Korpus entrevistou-o na sede da Opus Gay.**

por ISIDRO SOUSA e MARCUS MAILÄNDER

### ● O que é a Hosi-Wien e que actividades desenvolve?

A Hosi-Wien é a primeira instituição homossexual criada na Áustria, em 1979, numa altura em que havia uma lei que proibia instituições deste género. Esta lei só foi abolida em 1997. Durante esse período, trabalhou ilegalmente, mas mesmo assim foi vista como uma organização. É uma organização com variadíssimas actividades; tem um lobby e um grupo político, actua na área da educação sexual, tem um departamento de esclarecimento sexual, conselhos em relação à vida sexual. Desenvolve actividades culturais, nacionais e internacionais, tem uma revista própria. Tem um *spectrum* muito alargado, grupos semanais, grupo de lésbicas, grupos de jovens, grupo de *coming-out*, concursos de dança e tem um departamento AD-HOC, grupos esses que têm a responsabilidade de vigiar para ver se está tudo a funcionar bem, ver quais as perspectivas da instituição em participar, por exemplo, quando há as chamadas *Rainbow Parades* (paradas do arco-íris), festas, actividades e outras acções dos homossexuais...

### ● Qual é a sua importância no contexto austríaco?

É a maior e mais importante instituição homossexual na Áustria porque tem um grande *spectrum* de actividades socio-culturais. Depois, houve um grande aumento de outros grupos austríacos que se constituíram pelo país inteiro, desde um coro de gays e lésbicas, grupos de desporto, grupos dos tempos livres, grupos *leathers* e *motards*. Por todo o país existem cerca de 50, ou mais, agrupamentos deste género, cada um com o seu tema específico. Entre esses, existem vários grupos federais, o que é muito importante. Em cada estado federal há o seu grupo homossexual. Depois da Hosi-Wien, a segunda organização mais importante do país é a Hosi-Linz, situada em Linz. A terceira é a Die Rosa-Lila-Party, que fica em Graz, no estado federal de Estíria.

### ● Qual é a situação dos gays e lésbicas na Áustria e com que problemas ainda se deparam?

Há uma diferença entre aqueles que vivem na cidade e aqueles que vivem na província. Nos últimos 20 anos, houve uma melhoria significativa nas condições de vida na Áustria. Dou a todos um conselho: cada um tem que dar o primeiro passo. Tem que sair, confrontar-se com as reacções negativas, com a realidade. Aprender a viver com as dificuldades. Mas, mesmo assim, acho que a pessoa tem a possibilidade de sair e viver uma vida sem medo de ser confrontada com grandes discriminações no dia a dia. Muitas pessoas têm demasiado medo que, por vezes, não se justifica. Lógico que há profissões, como os professores, funcionários em entidades públicas e ministérios, onde têm que ter mais cautela...

### ● E a Ilga-Europa? Quais são as suas actividades e qual é a sua importância no contexto europeu?

A Ilga-Europa é a organização regional da organização mundial, a Ilga-Mundo, que existe desde 1978 e decidiu regionalizar-se em 1993. A Ilga-Europa foi a primeira organização regional do movimento mundial, criada e registada em Bruxelas, com legislação belga mas independente e autónoma da Ilga-Mundo.

O trabalho principal da Ilga-Europa é na União Europeia, principalmente no Conselho da União Europeia. A Ilga-Mundo trabalhava mais a nível de grandes acções, com a Amnistia Internacional, por exemplo. Quando havia um governo qualquer que fazia perseguições muito graves aos homossexuais, escândalos, etc, fazia campanhas de protesto, escrevia cartas, fazia tudo em nome de todos, enquanto que a Ilga-Europa preocupa-se mais com os assuntos a nível europeu. Porque, mesmo assim, na Europa de Leste há grandes avanços para os homossexuais. Só há casos esporádicos na Roménia, Ucrânia... nem sequer na Rússia há casos graves, grandes perseguições ou maus tratos con-

tra homossexuais. Não há. E, como estas melhorias estão à vista, hoje em dia a Ilga-Europa já não tem tanta necessidades de fazer essas campanhas.

### ● Que posição tem a Ilga-Europa na União Europeia?

Nós já temos o nosso lugar dentro da União Europeia. Mas também não se pode esquecer que só existimos há 3 anos e que, nestes últimos anos, conseguimos fazer alguma coisa. Com as nossas duas petições, uma com a do artigo 13º do Tratado de Amsterdão. A direcção da União Europeia teve uma grande atenção com as nossas intervenções. E também com a Plataforma das ONGs europeias do sector social, que é muito importante para nós. Fazemos parte dessa frente alargada e lutamos em conjunto, não isolados.

Nos últimos dois anos, andamos de gabinete em gabinete apresentando os nossos planos. Os deputados dos vários membros da União Europeia encontram-se todos num Intra-Grupo, vão para uma mesa redonda e debatem um tema. Numa dessas reuniões, havia um debate sobre igualdade de lésbicas e homossexuais. O Intra-Grupo para a igualdade dos homossexuais foi criado em 1997. Estes Intra-Grupos, que debateram o assunto, encontraram-se com todos os partidos para resoluções. Trabalhavam muito com os de Esquerda. Agora é mais difícil porque o Parlamento é maioritariamente conservador.

Este ano [1999], entraram muito massivamente em discussões com o Conselho da Europa, principalmente contra o deputado Schwimmer, que é o Secretário Geral dos Populares/Conservadores austríacos. Foi muito massivo o protesto contra a eleição deste homem, que acabou por ganhar porque os liberais se juntaram aos conservadores.

Agora, vai haver a segunda acção, a Convenção dos Direitos Humanos na União Europeia, que vai ser debatida no Conselho da Europa, onde haverá um alargamento dos Direitos

Humanos em relação a cláusulas de outras convenções, que têm de ser entregues na generalidade. A convenção dos Direitos Humanos vai ser aumentada. Os novos planos são um protocolo que proíba a discriminação por completo, ou seja, existem leis que proíbem a discriminação, mas... não existe até agora uma lei que proíba claramente as discriminações. Deve entrar uma cláusula na Convenção que defenda os direitos das minorias. Queremos obrigar o Conselho da Europa a fazer de novo um papel oficial onde se relate a situação em geral dos Homossexuais na União Europeia. Uma deputada vai ter a responsabilidade de trabalhar nesta matéria, elaborando esse texto, inclusive uma resolução. Depois, isto vai ser decidido na generalidade, a votos. Passa primeiro por um comité e depois vai a plenário, durante 2000. São os planos a médio e longo prazo, projectos que levam o seu tempo; não se podem fazer de um momento para o outro.

#### ● Qual é o seu papel na Ilga-Europa?

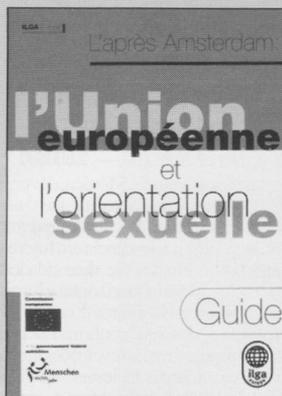
Eu sou o Presidente deste colectivo constituído por oito membros, quatro homens e quatro mulheres, eleitos anualmente. Eu já sou eleito pela terceira vez consecutiva e trabalho em *full-time*. Os restantes membros da direcção têm empregos, independentemente da sua função. Só eu faço isso como minha profissão. Por isso, também sou eu que mais faço pela Ilga-Europa em termos de participações em seminários, conferências, etc.

#### ● Esteve em Lisboa para participar numa conferência sobre o diálogo social e as ONGs. Que importância tem esta conferência para a cidadania europeia em geral e para as organizações gay e lésbicas, em particular?

Para os cidadãos comuns, dentro do espaço da União Europeia, não tem muita relevância. Mas é uma conferência da chamada Plataforma, com 30 redes de toda a Europa, que trabalham dentro da Europa. Estes 30 grupos associados existem e trabalham num tema, dentro de um *lobby* político e também no sector social, para conseguirem em conjunto um objectivo.

Nesta conferência, em Lisboa, participaram representantes do Parlamento Europeu e das ins-

## A UNIÃO EUROPEIA SOCIAL E A ORIENTAÇÃO SEXUAL



**A** Ilga-Europa, com o patrocínio da Comissão Europeia, organizou uma conferência onde estiverem presentes associações da Europa Ocidental e da Europa de Leste.

Esta conferência visava apresentar um Guia para a Comunidade em geral e Homossexual em especial, em que se trata da questão da igualdade de direitos, nomeadamente o artigo 13º do Tratado de Amesterdão em que proíbe a discriminação com base na orientação social.

Este Guia foi realizado por peritos em direito comunitário social e nacional e revela-se de um instrumento precioso para que se possam conhecer as políticas comunitárias em matéria de igualdade de direitos.

Não podemos olvidar que o artigo 13º, independentemente de fazer parte integrante do Tratado de Amesterdão, a questão da não discriminação com base na orientação sexual, tem de ser decidida pelos Estados-Membros da União Europeia e segundo as regras da unanimidade, ou seja, para que se possa legislar nesta matéria teremos que ter o acordo de todos os Estados que façam parte desta União.

A Comissão Europeia apresentou um pacote de directivas comunitárias neste contexto a serem discutidas durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, em sede de Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais.

O presente Guia tem o seguinte conteúdo:

O capítulo I trata do percurso da Comunidade Europeia até ao Tratado de Amesterdão em que há um salto qualitativo em sede política social e de igualdade de direitos;

O capítulo II trata do Tratado de Amesterdão e nomeadamente do artigo 13º e seus mecanismos de intervenção e funcionamento;

O capítulo III versa sobre a igualdade jurídica nas políticas da União Europeia: discriminação em matéria de emprego, reconhecimento do casal homossexual, derrogações ao princípio da não discriminação;

O capítulo IV tem em conta a livre circulação das pessoas e seus efeitos com a não discriminação com base na orientação social, nomeadamente a questão dos cidadãos de Estados terceiros, ou seja, cidadãos que não sejam membros de Estados da União Europeia;

O capítulo V trata dos Grupos de Pressão junto da União Europeia, entre os quais os Gays e Lésbicos, e a forma de aceder à documentação que os Estados-Membros e a União Europeia vão produzindo quanto a estas questões;

O capítulo VI e salvo melhor opinião, dos mais importantes, pois tem em conta a depois, "After" Amesterdão, isto é, como efectivar, dar exequibilidade na prática ao artigo 13º e direitos fundamentais. Neste capítulo podemos encontrar algumas campanhas de acção da Ilga-Europa de como sensibilizar a Comunidade em geral e em especial a Comunidade Gay e Lésbica para a não discriminação com base na orientação sexual.

Temos, para terminar recomendações de acção e, por sua vez, um apêndice sobre aquilo que é necessário saber e conhecer sobre a União Europeia: os seus órgãos legislativos, os grupos de pressão, como se deve contactar com estes órgãos e a forma de aceder à documentação, informação comunitária.

Nesta acção de trabalho e de informação, levada a cabo pela Ilga-Europa, estiverem presentes membros de associações portuguesas. A Opus Gay e a Ilga-Portugal fizeram-se representar nestes trabalhos.

É de louvar e apoiar cada vez mais que Portugal e as suas Associações, estejam presentes ou representadas nestes fóruns de informação em termos europeus, dado que estamos perante uma acção organizada e dirigida para os Estados europeus.

Pensamos que o Guia que agora surge é fundamental para que, em primeiro lugar, a Comunidade Homossexual tenha consciência daquilo que pode esperar em termos comunitários e por arrastamento em termos nacionais.

A Presidência Portuguesa já teve oportunidade de se pronunciar sobre a questão da não discriminação com base na orientação sexual no último Conselho Informal de Ministros dos Assuntos Sociais.

Revela-se importante que as Associações Portuguesas, em coordenação com a Ilga-Europa e outras organizações, possam junto do Estado Português fazer Grupo de Pressão para que possamos ter de uma vez por todas a igualdade material, isto é, que todos nós possamos beneficiar dos mesmos Direitos sem qualquer tipo de discriminação, para que assim tenhamos uma Comunidade de Pessoas, uma verdadeira Comunidade Social. ■

Luís Branco



Kurt Krickler com o Presidente da Opus Gay

NOTA: O presente guia encontra-se disponível na Opus Gay e Ilga-Portugal, em inglês, francês e espanhol.

tituições e alguns ministros portugueses, que tiveram um debate sobre exclusão social, reinserção na sociedade, coesão social, sobretudo em termos futuros. A Ilga-Europa participou nessa conferência porque também deseja incluir-se nessa Plataforma, para defender os direitos dos gays e das lésbicas.

A União Europeia está muito empenhada na exclusão social e esta União Europeia já fez muitas acções para sensibilização deste tema. Para estas acções há dinheiro. E o interesse dos grupos gay e lésbicos na Europa, que também trabalham nesta área, é também receber dinheiro para poderem fazer estas coisas, com as quais gays e lésbicas são confrontados. E, como ainda há muitos países dentro da União Europeia, onde gays e lésbicas se deparam com problemas deste género principalmente na Irlanda, esta luta também podia ser um ponto a pegar em Portugal.

● **Que importância a Ilga-Europa e as suas congéneres atribuem a este movimento?**

Ser parceiro e fazer parte de um movimento maior, lutar em conjunto contra a injustiça social, exclusão social, discriminação, igualdade e Direitos Humanos, é bastante importante.

● **E que papel poderá vir a assumir a presidência portuguesa na União Europeia, neste contexto?**

Há dois pontos que a presidência portuguesa pode conseguir: a inclusão do artigo 13º do Tratado de Amsterdão e de uma cláusula anti-discriminação para orientação sexual na Carta dos Direitos Humanos, e que esta nova lei não seja só uma declaração no papel mas sim uma lei a ser cumprida. Com a presidência portuguesa na União Europeia começa uma nova conferência inter-governamental. São os portugueses que vão alinhar e decidir sobre estes pontos; eles têm alguma coisa a dizer sobre isso. A responsabilidade da presidência portuguesa é debater estas questões a nosso favor. A influência portuguesa deve ser de tal forma que estes dois pontos, o artigo 13º e a Carta dos Direitos Humanos, sejam implementados.

● **Ainda neste contexto, o que poderão vir a fazer as organizações gay e lésbicas portuguesas?**

O sucesso europeu do *lobby* homossexual na Europa depende do sucesso nacional, neste caso das organizações gay e lésbicas de cada país. Depende da força das organizações nos próprios países porque quem decide em Bruxelas são ainda os Governos dos países membros da União Europeia. Se não houver força das várias organizações nos próprios países, não vão conseguir nada em Bruxelas. O sucesso da Ilga-Europa depende do sucesso das congéneres nacionais (Portugal, Espanha, etc) e também dos portugueses.

● **Como encara o movimento gay e lésbico português em relação ao de outros países europeus?**

Conheci os movimentos portugueses chamados Ilga-Portugal e Opus Gay que fazem um trabalho estupendo. As pequenas rivalidades e ciúmes entre associações existem em todos os países, inclusive na Áustria. Em relação à comunidade em geral, no que toca às pessoas como tu e eu, e aos bares, não contactei; só com as associações. A Ilga-Portuguesa ajudou-nos muito na causa Schwimmer e no Conselho da Europa e a OpusGay ajudou-nos muito na União Europeia... ■